05 NOTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA DA VIOLÊNCIA POR ESTABELECIMENTOS DE ENSINO EM PERNAMBUCO: A INICIATIVA EM ESCOLAS ESTADUAIS

Mariana Barros de Araújo
Sandra Luzia Barbosa de Souza
Edvania Maria da Silva
Patrícia Bezerra de Melo Nascimento Novaes
Bárbara Morgana da Silva

Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco, Recife, Pernambuco, Brasil

DOI:10.37085/bookAS.13.chap5

RESUMO

O presente estudo tem o objetivo de descrever a experiência de formação para gestores escolares e técnicos da Secretaria Estadual de Educação de Pernambuco (SEE/PE) quanto à notificação compulsória da violência e sua importância para o enfrentamento do problema e estratégias intersetoriais; desenvolvidas em parceria entre a Gerência de Informações Estratégicas (GIE), da Secretaria Executiva de Vigilância em Saúde e Atenção Primária (Secretaria Estadual de Saúde de Pernambuco) e a Secretaria Executiva de Desenvolvimento da Educação (SEE/PE). O planejamento e a execução da proposta ocorreram no ano de 2024. Foram realizadas 15 formações, em formato presencial, contemplando um total de 487 gestores e técnicos da SEE, vinculados a dez Gerências Regionais de Educação (GRE), entre as dezesseis regionais de educação do

estado. Além de contemplar o conhecimento sobre como realizar a notificação de casos de violência interpessoal e/ou autoprovocada, foram discutidas a articulação intersetorial e fluxo operacional entre as redes de educação e de saúde, resultando na publicação da Nota técnica DGIE/SES-PE nº 19 de 31 de outubro de 2024, sobre conceitos, definição de fluxos e atribuições dos setores no processo de implantação da notificação compulsória da violência por meio dos estabelecimentos de ensino sob gestão estadual. Enquanto problema de saúde pública ressalta-se a importância de ampliar a compreensão sobre o fenômeno da violência e sua identificação em espaços escolares.

Palavras-chave: Vigilância epidemiológica, Notificação compulsória, Colaboração intersetorial, Violência

INTRODUÇÃO

A violência contra crianças e adolescentes constitui preocupação permanente enquanto problema de saúde pública, devido aos potenciais danos ao desenvolvimento, problemas relacionados à cognição e a possíveis transtornos; podendo ainda constituir um fator para aumento do risco de abandono escolar[1]. A identificação e notificação de casos de violência por parte de profissionais em unidades de ensino visa ampliar o conhecimento sobre o perfil de vítimas neste espaço, favorecendo a articulação entre as redes de educação e saúde, bem como os recursos para implementação de políticas públicas voltadas para a melhoria da qualidade das ações educativas, mitigação de riscos e promoção da saúde.

Dados do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) apontam que cerca de 90 milhões de meninos e meninas vivos já foram vítimas de violência sexual; e que "a cada quatro minutos, em algum lugar do mundo, ocorre uma morte em decorrência de um ato violento"[2]. No Brasil, em 2022 foram notificados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) 38.899 casos de violências contra crianças (0-9 anos); 55,2% eram meninas. Os

principais locais de ocorrência foram a residência (88,3%), via pública (6,9%) e a escola (4,7%)[3]. Verifica-se ainda a tendência temporal de aumento das taxas de notificação (por 100 mil habitantes) de lesões autoprovocadas ocorridas em ambiente escolar, entre 2011 e 2018, com maior incremento no grupo etário de 10 a 14 anos (66,3% no período)[4].

Estudo específico dos casos de violência registrados no Sinan, de 2009 a 2018, verificaram neste período um total de 34.632 notificações com ocorrência dentro de escolas no Brasil, 6.242 no último ano analisado[5].

Em Pernambuco, entre 2018 e 2023, enquanto a taxa de homicídios (por 100 mil habitantes) de crianças de 5 a 14 anos teve uma queda de 26,9%; no grupo de 0 a 4 anos aumentou 38,5%[6].

Neste sentido, é fundamental a realização da notificação compulsória das violências interpessoais e autoprovocadas pelos estabelecimentos de ensino, preconizada pelo Ministério da Saúde (MS)[7], de forma a ampliar o conhecimento de educadores e contribuir com os cuidados na atenção primária à saúde e proteção à criança e ao adolescente; como também de toda comunidade escolar.

O presente estudo tem o objetivo de descrever o processo de formação direcionado a gestores escolares e técnicos da Secretaria Estadual de Educação de Pernambuco (SEE/PE) abordando a relevância das notificações de violência como instrumento para formulação de estratégias de enfrentamento.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

A experiência foi concebida em parceria entre a Gerência de Informações Estratégicas (GIE), Secretaria Executiva de Vigilância em Saúde e Atenção Primária, da Secretaria Estadual de Saúde e a Secretaria Executiva de Desenvolvimento da Educação, da Secretaria Estadual de Educação de Pernambuco, e desenvolvida por meio das equipes da Coordenação de Vigilância de Acidentes e Violência/Gerência de Informações Estratégicas, juntamente

com técnicos das Gerências Regionais de Saúde (GERES); e das Gerências Regionais de Educação (GRE)/Núcleos de Cultura de Paz, respectivamente.

O planejamento (março-maio/2024) demandou a realização de cinco reuniões para análise do perfil dos casos de violência notificados no Sinan; do universo das escolas sob a gestão estadual; importância e possíveis fragilidades da estratégia; recursos disponíveis; definição dos atores envolvidos e do cronograma das formações, a partir da regionalização da saúde (12 regiões, representadas administrativamente pelas GERES) e da educação (16 Gerências Regionais de Educação - GRE). As formações aconteceram nos meses de junho e agosto/2024, em encontros presenciais, por GRE, em municípios da região.

A estrutura da formação reuniu tópicos sobre vigilância epidemiológica das violências, com foco no preenchimento da ficha de notificação do Sinan, abordagem, operacionalização, fluxo no ambiente escolar, perspectivas de ampliação da integração entre profissionais de educação e de saúde. Teve como facilitadores a equipe de vigilância de violências da SES/PE, também responsáveis por material de apoio (fichas de notificação, documentos técnicos, cartolinas, pilotos) e convite aos representantes das GERES.

A SEE mobilizou gestores e técnicos das escolas e providenciou estrutura (local, equipamento audiovisual, ambientação). A metodologia envolveu dinâmica de apresentação dos participantes (nome, local de trabalho e atuação/função), exposição dialogada do conteúdo, discussão de casos citados como exemplos pelos participantes.

A realização das formações com gestores e técnicos da rede estadual de educação e saúde objetivou:

- a elaboração de documento técnico, com orientações sobre conceitos, instrumento e fluxo dos registros de notificação de casos de violência, para nortear a iniciativa de implantação da estratégia nas escolas, a partir das discussões realizadas;

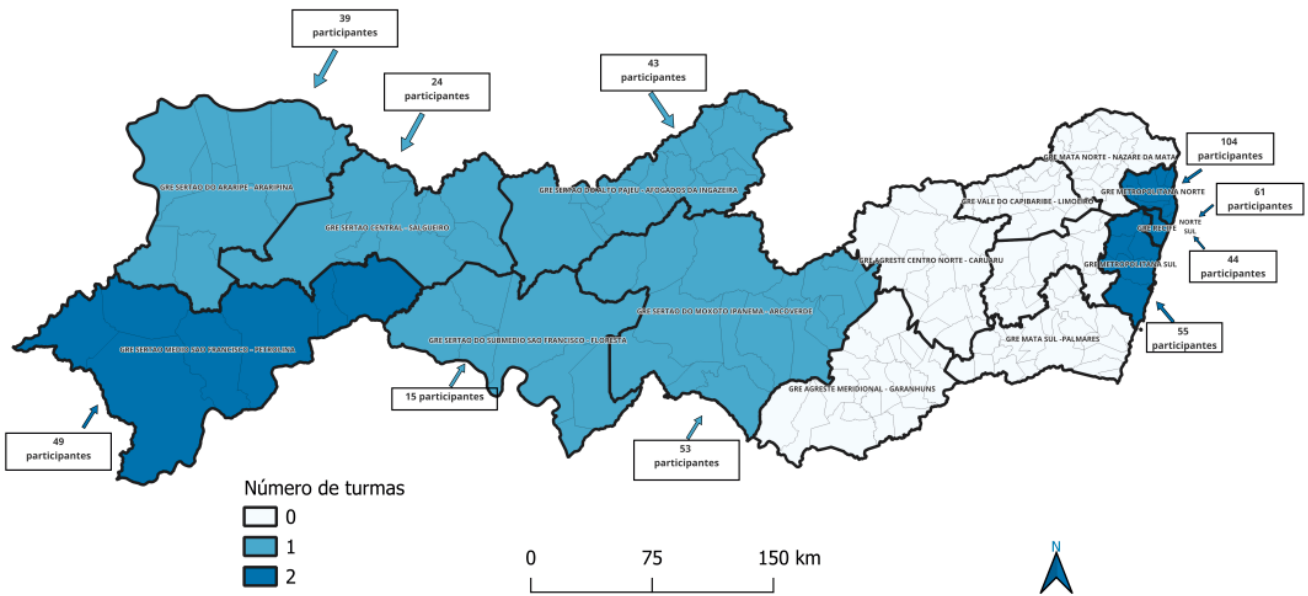
- fomentar a articulação entre as Gerências Regionais de Saúde e de Educação para desencadear a proposta junto às unidades de ensino e às Secretarias Municipais de Saúde (SMS), estabelecendo as condições de estruturação no território. As possíveis dúvidas e/ou dificuldades para operacionalizar a notificação e o fluxo definido seriam demandadas à área técnica estadual para discussão e articulação com os atores.

Foram realizadas 15 formações para gestores e técnicos das escolas e dos Núcleos de Cultura de Paz de 10 (dez) das 16 (dezesseis) Gerências Regionais de Educação do estado, juntamente com gestores e técnicos da Vigilância Epidemiológica e Atenção Primária das Geres em cuja divisão administrativa figurava municípios correspondentes a cada GRE onde aconteceram os encontros presenciais.

Ao todo, 487 gestores e técnicos da SEE participaram das formações sobre notificação da violência, contemplando profissionais das GRE - Recife Norte, Recife Sul, Metropolitana Norte, Metropolitana Sul, Sertão Médio São Francisco (duas turmas cada); Sertão do Araripe, Sertão Central, Sertão do Moxotó-Ipanema, Sertão do Submédio São Francisco e Sertão do Alto Pajeú (uma turma cada).

A GRE Metropolitana Norte contou com o maior número de participantes (21,4% em duas turmas). A GRE Sertão do Moxotó-Ipanema foi a quarta a contar com mais participantes, embora em uma única turma (N= 53 participantes; 10,9% do total). A figura 1 ilustra a divisão administrativa das Gerências Regionais de Educação, permitindo verificar os territórios com escolas estaduais que foram contempladas e o número de participantes.

Figura 1. Distribuição do total de participantes nas formações sobre notificação de violência, segundo Gerência Regional de Educação. Pernambuco, 2024.



Fonte: Elaborado pelos autores.

O resultado efetivo das discussões durante os encontros levou à elaboração e divulgação da Nota técnica DGIE/SES-PE nº 19 de 31 de outubro de 2024, sobre conceitos, definição de fluxos e atribuições dos setores no processo de implantação da notificação compulsória da violência por meio dos estabelecimentos de ensino sob a gestão estadual[8]. Apesar deste documento tratar quanto a adesão das escolas estaduais, ressalta-se que o Ministério da Saúde, desde 2015, preconiza as pactuações locais para adesão progressiva de serviços da rede intersetorial de enfrentamento à violência à notificação compulsória, destacando-se nesta a rede de educação, de maneira que pode ser replicada nas escolas municipais, a cargo da articulação entre as Secretarias de Saúde e Educação de cada município, sob a coordenação da área técnica de vigilância das violências[7].

Destaca-se que, enquanto problema de saúde pública, considerando os possíveis danos das situações de violências às vítimas, entre eles o aumento do risco de abandono escolar[1], ressalta-se a importância do conhecimento do fenômeno e sua identificação em espaços escolares[4].

Do ponto de vista do desenvolvimento da proposta, até março de 2025, período definido neste estudo, destacamos a VI Gerência Regional de Saúde (sede Arcoverde) que realizou, com base no processo desencadeado junto às GRE, articulação no território, mobilizando a gestão dos municípios da região pela adesão da rede de educação, estadual e municipal, tendo realizado oficinas para discutir a pauta da violência, suas consequências à saúde mental das crianças e adolescentes e indicativos das ocorrências, visando traçar estratégias para efetivar a notificação por meio das escolas e definir fluxo local, alinhado ao estabelecido na nota técnica estadual.

Esta iniciativa, como estratégia de educação continuada, reafirma a perspectiva de que acúmulo de informações sobre as consequências da violência e como identificá-la contribui com as práticas de acolhimento[9] e relaciona-se diretamente ao sentimento de responsabilidade pela notificação[10].

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implantação da notificação compulsória na rede de educação possibilita a ampliação do conhecimento sobre o perfil das pessoas em situação de violência na comunidade escolar, para além dos educandos; e exige dos atores envolvidos compromisso permanente com a visão integral do sujeito e com a articulação em rede.

Paralelamente ao processo de educação continuada de profissionais da rede de ensino sobre o conhecimento em pauta, é imprescindível fortalecer a parceria de escolas estaduais com as Secretarias Municipais de Saúde (SMS) para assegurar o seguimento de cuidados qualificando as práticas no território.

Além disso, considerando o incremento no âmbito nacional de 9,44 vezes no número de casos de violência notificados no Sinan com ocorrência em escolas, entre 2009 e 2018, a implantação da estratégia nas instituições de ensino estaduais fomenta a adesão em unidades municipais em Pernambuco, provocando formas de educação continuada integradas, visando qualificar as ações educativas, preventivas e de promoção da saúde.

Por fim, a partir da repercussão dos aspectos já abordados, considera-se importante revisitar os grupos já contemplados com as primeiras formações, a fim de atualizar a estratégia e alcançar as Gerências Regionais de Educação e da Saúde ainda não contempladas com a implantação da estratégia.

REFERÊNCIAS

1. World Health Organization. Violence against children [Internet]. Geneva: WHO; 2022.
2. Fundo das Nações Unidas para a Infância. Violência contra crianças e adolescentes está amplamente disseminada e afeta milhões em todo o mundo [Internet]. Brasília: UNICEF; 2024 [cited 2025 Sep 1]. Available from: https://www.unicef.org/brazil/innocenti/comunicados-de-imprensa/violencia-contra-criancas-e-adolescentes-esta-amplamente-disseminada-e-e-afeta-milhoes-em-todo-o-mundo

3. Malta DC, Silva MMA, Mascarenhas MDM, Barros MBA, Lima CM, Santos HG, et al. Fatores associados à notificação de violência na infância no Brasil. Cien Saude Colet. 2025;30(2):e00572024. doi:10.1590/1413-81232025302.00572024.

4. Aragão CMC, Mascarenhas MDM. Tendência temporal das notificações de lesão autoprovocada em adolescentes no ambiente escolar, Brasil, 2011-2018. Epidemiol Serv Saude. 2022;31(1):e2021820. doi:10.1590/S1679-49742022000100028.

5. Travessa Junior CA, Calábria LK. Violência nas escolas brasileiras: uma análise a partir da notificação compulsória (2009-2018). In: Almeida FA, organizador. Políticas públicas, educação e diversidade: uma compreensão científica do real. Vol. 2. Guarujá (SP): Científica Digital; 2021. doi:10.37885/978-65-89826-58-3.

6. Cerqueira D, Bueno S, coordenadores. Atlas da violência 2025 [Internet]. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública; 2025 [cited 2025 Sep 1]. Available from: https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/17165

7. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância de Doenças e Agravos Não Transmissíveis e Promoção da Saúde. VIVA: instrutivo de notificação de violência interpessoal e autoprovocada [Internet]. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde; 2016 [cited 2025 Sep 1]. Available from: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/viva_instrutivo_violencia_interpessoal_autoprovocada_2ed.pdf

8. Pernambuco. Secretaria Estadual de Saúde. Secretaria Executiva de Vigilância em Saúde e Atenção Primária. Diretoria Geral de Informações Epidemiológicas. Nota Técnica nº 19, de 31 de outubro de 2024. Recife: Secretaria Estadual de Saúde de Pernambuco; 2024.

9. Habigzang LF. Manual de capacitação profissional para atendimentos em situações de violência [Internet]. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; 2018 [cited 2025 Sep 1]. Available from: https://www.cevs.rs.gov.br/upload/arquivos/201910/15154038-manual-de-capacitacao-profissional-para-atendimento-em-situacoes-de-violencia-pucrs.pdf

10. Garbin CAS, Queiroz APDG, Costa AA, Garbin AJI. Formação e atitude dos professores de educação infantil sobre violência familiar contra criança. Educar Rev. 2010;(spe 2):207-216. doi:10.1590/S0104-40602010000500013.